

Manoel Correia de Andrade, Território e Urbanização no Nordeste: uma análise de dados

Rafael Aubert de Araújo Barros¹

Resumo:

Manuel Correia de Andrade (1922 – 2007) é uma das principais referências sobre a formação econômica do complexo nordestino. No vasto conjunto de sua obra, o autor veio a tratar, com uma visão multidisciplinar, das relações sociais produtivas e sua influência sobre a formação da estrutura socioeconômica do nordeste. O presente trabalho visa expor e discorrer sobre as hipóteses do autor quanto à urbanização e os desenvolvimentos do território nordestino a partir do processo de modernização, com ênfase na marginalização decorrente do êxodo rural, e de sua relação com o centro de poder político.

Palavras-chave: Formação Econômica do Brasil, Nordeste, Manuel Correia de Andrade, Urbanização, Território

¹ Economista formado pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Membro do GEEPHE (Grupo de Estudos em Economia Política e História Econômica).

Introdução

O Geógrafo e historiador Manuel Correia de Andrade é uma figura importante na compreensão na história do pensamento econômico nordestino, com uma vasta produção multidisciplinar, ele tratou da caracterização do nordeste, dividindo e caracterizando o nordeste nas subregiões do litoral e zona da mata, agreste, sertão e litoral setentrional e meio norte . Em sua obra *“A terra e o homem no nordeste”*, juntará aspectos da geografia, da história, da política e da economia, para realizar uma das interpretações detalhadas sobre as relações sociais de produção do nordeste e como essas determinam a estrutura de poder, que influi contundentemente nas iniciativas de superação do subdesenvolvimento.

Na obra de Manuel Correia de Andrade, tem-se o conceito de “mosaico nordestino”, para descrever o espaço em que se dá a formação histórica da economia daquela região. O Nordeste ocupa mais de 18% do território nacional. É uma região que concentra quase 30% da população brasileira. Apesar de apresentar uma abundância em recursos naturais que se ressalta mesmo em um país tão diversamente rico como o Brasil, em função de aspectos que Andrade busca na História e Geografia, o Nordeste é uma região que após cinco séculos, permanece subdesenvolvida.

“A terra e o homem no nordeste” é uma obra que se expandiu, conforme foram sendo publicadas suas oito edições, desde 1963 até 2011, o autor acrescentou e alterou diversos capítulos, incorporando as mudanças em sua percepção e desenvolvimento nos âmbitos social e econômico. Dentre as mudanças decorridas e que influenciaram fortemente o desenvolvimento da obra o latente processo de urbanização e o surgimento das questões da territorialidade se destacam de tal forma que Manuel Correia de Andrade publica em 1993 sua obra *“A questão do território no Brasil”* na qual busca forma com a qual se formou o território nordestino desde o período colonial até a década de 1990.

O presente trabalho busca realizar a revisão bibliográfica, do autor, quanto ao processo de urbanização marginalizada e a criação de dois territórios dentro da cidade. Para isso divide-se o trabalho em três tópicos, primeiramente, cabe-se perguntar qual a concepção de Manuel Correia sobre o território, em seguida trataremos do levantamento de hipóteses do autor quanta a urbanização e utilização do espaço urbano no nordeste, já na terceira sessão cabe a exposição dos

dados referentes a fatores que indiquem uma crescente população empregada na zona urbana e uma perda significativa da participação da agropecuária no montante de pessoas empregadas.

Manuel Correia de Andrade e a questão do território

O território é tratado por Manuel Correia como área de influência ou controle de uma entidade sobre uma sociedade, dessa forma, as estruturas produtivas seriam influenciadas por agentes como o governo e qualquer outra entidade que fosse capaz de mudar a tendência de ocupação e controle dos recursos de produção e das relações de produção. Manuel Correia de Andrade assim conceitua o território como:

“O conceito de território não deve ser confundindo com o de espaço ou lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de lugar de determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendam os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas.”(ANDRADE. M: 1993 p. 19)

Assim sendo, é no âmbito das estruturas políticas que um território é determinado, sendo essa capacidade pelo qual as entidades influenciam nas tendências de crescimento, desenvolvimento de uma sociedade, assim como na tendência de ocupação do espaço físico que tal sociedade ocupa. Em sua obra “A questão do território no Brasil” fator modernização e integração do território são discutidos para a década de 1940 em diante como uma iniciativa por parte do governo do estado novo, de modo que anterior a essa década a condição do território da sociedade brasileira era estável com grandes áreas do país, embora fazendo parte de suas fronteiras, encontravam-se desocupadas. Foi a partir do governo Vargas que iniciou o movimento denominado “a marcha para o oeste” que visava a integralização do território nacional, criando assim um grande território de influência do governo, associado a uma interligação dos territórios espalhados pelo país e anteriormente desconectados. Entretanto foi somente no governo Juscelino Kubitschek(1956-1961), com a construção de Brasília que o processo de integralização do território nacional tomou maior impulso.

Tomando em consideração o caso das alterações que ocorreram durante as décadas de 1940 e 1950 e sua influência com relação a ocupação e integração política da nação, Manuel Correia chega a seguinte assertiva:

“(as alterações no território) são demonstrações de que a produção o território, e a sua integração política a um país, dependem da ideologia política dominante, do momento histórico vivido e das disponibilidades de capital e de tecnologia.”(ANDRADE. M: 1993 p. 27)

A mudança na formação do território não se limita a governo ou a agentes políticos internos a nação que sofre alteração, entidades como as multinacionais e o processo de globalização são outros fatores apontados pelo autor que tem capacidade de mudar as variáveis de ideologia política e das disponibilidades de capital e de tecnologia.

Urbanização no pensamento de Manuel Correia de Andrade

A urbanização observada por Manuel Correia de Andrade e analisada em sua obra “A Terra e o Homem no Nordeste” é caracterizada como um processo paralelo a modernização da agropecuária, com investimentos pesados na compra de novo maquinário para a indústria do açúcar, que, por uma questão conjuntural, apresentava uma situação favorável no mercado internacional. Com o jargão de garantir os empregos das pessoas envolvidas no setor e com o suposto objetivo de crescimento econômico, várias usinas ampliaram sua produção, de forma a ampliar o poder de influência que o setor sucroalcooleiro tinha para com grande parte da sociedade nordestina. É importante ressaltar o processo de modernização, para contextualizar o fenômeno que impulsionou fortemente a urbanização no nordeste, esse sendo o êxodo rural.

Para Manuel Correia de Andrade, o processo de urbanização, de crescimento da parcela da população em área urbana decorrido no nordeste foi em grande parte suprido por um crescimento nas atividades secundária e terciárias, como por exemplo o turismo que “é a outra grande atividade criadora de divisas para o nordeste”(ANDRADE, 2011). Entretanto o crescimento das atividades secundárias e terciárias não foi suficiente para suprir a demanda por empregos nos centros urbanos em crescimento e observou-se com isso a criação de um novo território, esse território seria composto pela população que ficaria a margem do sistema urbano, formando assim um sistema marginalizado¹. Quanto a essa urbanização crescente o autor assim expõe:

“É forçoso reconhecer que o crescimento urbano foi bastante acentuado no período de 1980/95, fazendo com que as três principais cidades da região – Salvador, Fortaleza e Recife – ultrapassassem, isoladamente, em suas áreas metropolitanas, os três milhões de habitantes e que muitas das cidades de menor porte atingissem mais de um milhão de habitantes, este crescimento, porém, se deu sem que as atividades secundárias e terciárias fossem capazes de absorver este aumento populacional, o que acarretou a proliferação de favelas e mocambos, a queda do nível de vida, de alimentação, de educação e de saúde da população, a difusão do uso das drogas, sobretudo entre adolescentes, o crescimento da prostituição e a insegurança dominante nas ruas.”(ANDRADE. M: 2011(1963) p. 249 e 250)

1 Esses sistemas podem ser considerados um exemplo de sistema superior nos conformes da obra “O Espaço Dividido” do geógrafo Milton Santos

Ao observar a urbanização que decorreu durante as últimas quatro décadas Manuel Correia de Andrade expõe um cenário onde as tentativas de mudança, ou de superação do subdesenvolvimento, foram distorcidas para manter uma estrutura de relações de produção arcaica, de modo que os agentes econômicos e políticos criaram um território influência capaz de modificar forças de dinamização da economia, como as tentativas de superação empregadas pela SUDENE, e transformá-las em forças de crescimento com desigualdade.

Durante o desenvolvimento da economia nordestina nos últimos cinco séculos, as mudanças na forma da estrutura social de produção do nordeste têm ocorrido geralmente de maneira conjuntural, de forma que somente destaca-se de maneira acentuada a ampliação do trabalho assalariado decorrido no século XIX e início do século XX. Entretanto, essa mudança na estrutura como um todo foi realizada de forma a manter as bases de dependência intactas e teria caráter reacionário a uma tendência que não somente vinha do nível nacional, como também do internacional, com as dificuldades impostas ao tráfego negreiro. Sobre essa estrutura social reacionária e perpetuada no tempo Manuel Correia de Andrade explicita:

“Ao se analisar as estruturas sócias nordestinas torna-se difícil enquadrá-las, com uma certa rigidez, nos padrões clássicos marxistas ou weberianos”(ANDRADE, M: 1993, p.25)

Esse fator de rigidez das estruturas sociais é um dos pontos de estrangulamento do desenvolvimento econômico da sociedade nordestina e faz-se necessária, ainda hoje, a intervenção do Estado, na forma de reforma agrária e inclusão social que dê as classes menos favorecidas a oportunidade de superação de sua condição de dependência, para que se possa realizar a quebra do ciclo de perpetuação do subdesenvolvimento caracterizado por Manuel Correia de Andrade.

Análise dos dados e o sentido da urbanização

Durante a segunda metade do século XX, um processo de ampliação do setor de serviços inicia-se de maneira que o Nordeste é excluído da tendência nacional. A tabela 2 mostra o PIB a custo de fatores, discriminado em três setores da economia nordestina, em valores absolutos, tendo como unidade de medida o Real a preços de 1980. Além disso, explicita também o valor total produzido a preços de fatores dentro do nordeste.

Tabela 02. PIB a custo de fatores(1965/1995)

ANOS	SETORES ECONÔMICOS			TOTAL
	Agropecuária	Indústria	Serviços	

1965	0,00055	0,00044	0,00091	0,0019
1970	0,00162	0,00212	0,004	0,00774
1975	0,01007	0,01163	0,02042	0,04212
1980	0,09701	0,16493	0,30021	0,56215
1985	11,59852	21,54688	38,31949	71,46489
1990	231.744,12	496.806,93	1.077.964,99	1.806.516,03
1995	9.535.071.097,86	18.782.770.540,20	65.464.003.352,57	93.781.844.990,64

Fonte: SUDENE. Agregados econômicos regionais do nordeste do Brasil 1965-98, Recife, 1999, p.17

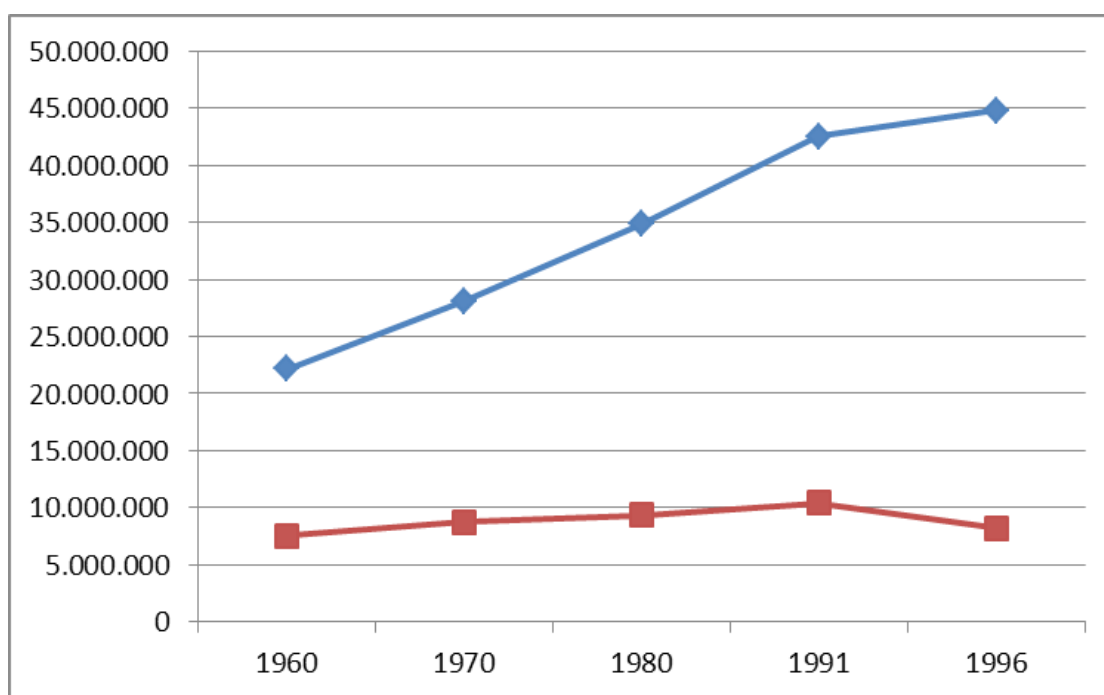
A tabela acima mostra um processo de concentração na produção no setor de serviços. Quanto a essa característica, Manuel Correia de Andrade atribui a forma como esse processo foi implantado o aumento considerável da representação da população urbana em relação ao total de habitantes do Nordeste. Pode-se observar que, no decorrer das décadas de 1960 a 1990, a representação do total produzido no setor de serviços aumentou de aproximadamente 47% para cerca de 69,80%. Ao mesmo tempo, a participação da agricultura perdeu importância relativa, partindo de um patamar de aproximadamente 20% em 1970, ganhando participação até 1975, e atingindo o valor de 23% da produção, mas em seguida perdendo importância chegando ao valor de 10,16% em 1995. Por fim, a indústria mostrou crescimento, impulsionado pela expansão das usinas, em sua participação até o ano de 1985 atingindo uma taxa de 30,15% da participação no PIB, entretanto devido às políticas econômicas associadas à posição do Governo Federal da época de contenção do processo inflacionário, a indústria nordestina reverteu seu processo de crescimento, e passou até o final do período estudado com perda em sua participação na composição do PIB, chegando em 1995 ao patamar de aproximadamente 20% do PIB. Quanto ao aumento da importância da indústria, Manuel Correia de Andrade caracteriza como se segue:

“A industrialização porém não foi uma grande absorvedora de mão-de-obra não-qualificada ou pouco qualificada, nem impediu que o processo de marginalização dos migrantes que vinham para cidade fosse detido, nem que continuasse a haver uma expressiva migração dos trabalhadores rurais para o Sudeste, o Sul e o centro-oeste, até durante os anos sessenta, e para as áreas periféricas e subpovoadas do próprio nordeste, nos anos setenta. Assim ocorreu no Nordeste uma transferência expressiva da população do meio rural para o urbano, numa ocasião em que as cidades não tinham condições de oferecer oportunidade de trabalho aos migrantes, ocasionando a queda da qualidade de vida urbana(...)” (ANDRADE, M: 1993, p.24)

Assim, o processo de industrialização implantado no nordeste com a expansão das usinas e a criação do setor cloro-químico decorreu da migração de mão de obra qualificada das regiões mais desenvolvidas do país para os centros industriais, que se localizavam na zona urbana do litoral. Com isso, a expectativa de crescimento e geração de empregos causou euforia nas regiões beneficiadas, o que fez com que se formasse um cenário de atração da população das regiões do agreste e do sertão. Essa população, ao chegar à urbe, defrontava-se com uma concorrência que não era capaz de vencer, devido à característica histórica de pouca especialização, terminando por se aglomerar em favelas que resultaram na geração de um novo contingente de problemas urbanos.

A alocação da mão de obra em Manuel Correia de Andrade, com alta concentração das terras e com o atual processo de urbanização descontrolada, é outro dos principais problemas estruturantes que impedem a superação da condição de subdesenvolvimento, o gráfico abaixo representa a população total com mais de 16 anos de idade a população ocupada na agropecuária no nordeste durante o período de 1970 e 1995.

Gráfico 01. Evolução da população total do nordeste e população ocupada na agropecuária



Fonte: <http://www.ipeadata.gov.br>; <http://serieestatisticas.ibge.gov.br>

O gráfico acima mostra como o crescimento a população total do Nordeste se perpetrou no decorrer das décadas de 1970 e 1980, chegando até 1995, saindo de um patamar de 22 milhões de habitantes, ultrapassando a marca de 35 milhões de habitantes em 1985, terminando por se elevar até 44 milhões de habitantes em 1995. Durante o mesmo período, houve a perda de participação do

pessoal empregado na agropecuária que saiu de uma representação de 31,09% em 1970 chegando ao nível de 16,13% em 1995.

Paralelamente ao progresso de crescimento populacional, houve um respectivo aumento da esperança de vida dos trabalhadores, nesse caso a ampliação do acesso a melhores condições médicas. A tabela 3 apresenta a evolução da expectativa de vida no nordeste no período de 1940 a 1991.

Tabela 03: Evolução da esperança de vida no nordeste

Período	Esperança de vida (Anos de vida)
1940	36,68
1950	38,94
1960	40,98
1970	45,54
1980	58,25
1991	62,88

Fonte: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br>

Entre a década de 1940 e 1990, houve um aumento de 71,42 % da esperança de vida da população nordestina, na década de 1940 a esperança média de vida era de 36 para 37 anos, aumentando na década de 1950 para 39 anos de idade, e continuando em alta até 1990 atingindo um nível de 63 anos. No entanto, esse avanço deve ser denotado como um fator externo ao caráter de desenvolvimento da estrutura social produtiva já que, como coloca Manuel Correia de Andrade, essa estrutura é absorvedora de aspectos conjunturais.

A tabela 04 explicita o valor em quilômetros quadrados da superfície ocupada pelos territórios estaduais, suas respectivas populações e divisão da população pelo território abrangido a densidade demográfica no ano de 1986. Essa tabela é disposta para mostrar o corte temporal identificando a maior densidade demográfica na área litorânea e da mata.

Tabela 04. Superfície e população dos estados nordestinos em 1986

Estados	Superfície (Km ²)	População (hab.)	Densidade demográfica
Maranhão	328663	4490400	13,6
Piauí	250934	2567400	10,2
Ceará	148016	6239400	42,2
Rio Grande do norte	53015	2236200	42,2

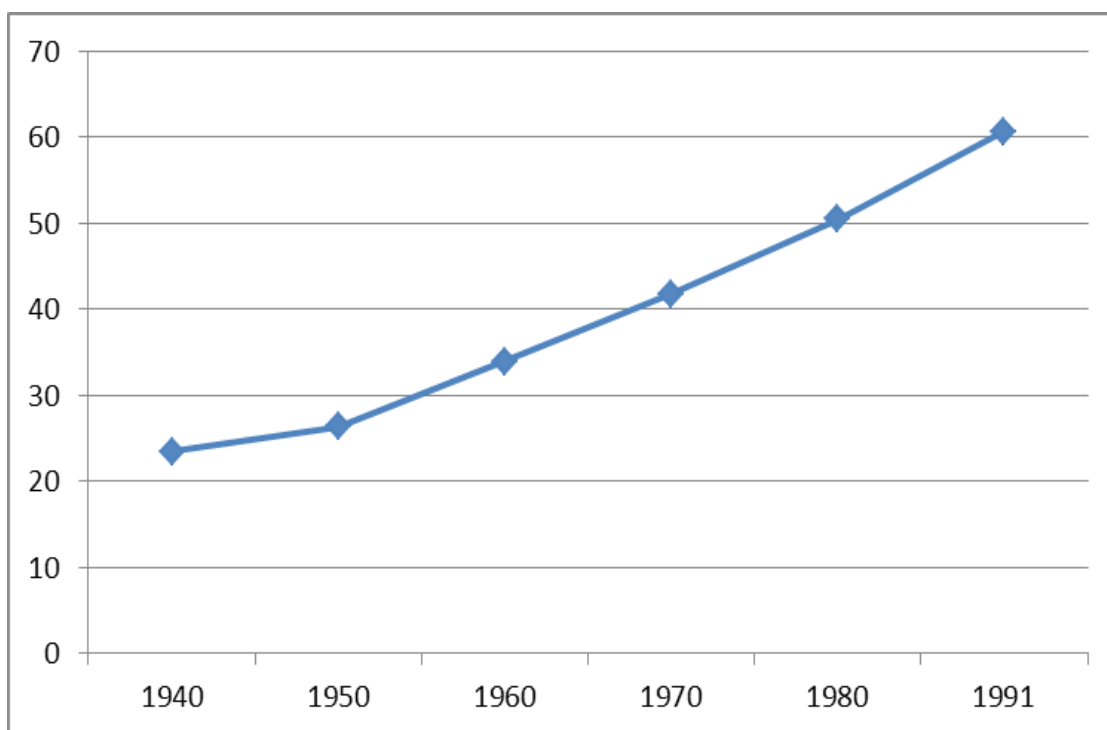
Paraíba	56372	3152600	55,9
Pernambuco	98281	7114600	72,4
Alagoas	27731	2342300	84,5
Sergipe	21994	1369000	62,2
Bahia	561026	11304400	20,1

Fonte: ANDRADE, M: 1993, p.17

A tabela superior mostra que a densidade demográfica em meados da década de 1980 mostrava-se mais elevada em estados com maior proporção territorial do litoral e da mata, sendo que, por exemplo, Alagoas estado com maior parcela proporcional de terras nas áreas litorâneas possui uma densidade demográfica de aproximadamente 84 habitantes por quilômetro quadrado. Esse fato também é influenciado pelo processo de urbanização e êxodo rural, tendo em vista que os maiores centros urbanos, como Recife e Salvador, se localizam no litoral. Dessa forma, a urbanização teria suas bases voltadas à concentração nos centros urbanos criados inicialmente como cidades e transporte, ou escoamento de mercadorias.

Por fim, destaca-se o crescente processo de urbanização com o gráfico 02, que demonstra a evolução da taxa percentual da população nordestina que reside dentro dos territórios dos centros urbanos no período entre a década de 1940 e 1990².

Gráfico 02. Evolução da taxa percentual de urbanização.



Fonte: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br>

² O censo realizado na década de 1990 foi realizado com atraso por medida política governamental durante o governo Collor(1990-1992).

O Gráfico acima mostra uma taxa de urbanização crescente, sendo que na década de 1940 a população residente nos centros urbanos do nordeste representavam 23,42% da população total do nordeste, durante as décadas de 1950, 1960, 1970 e 1980 a taxa de representação elevou-se a patamares respectivamente de 26,4; 33,89; 41,81% e 50,46%; e chegaria em 1991 ao valor representativo de 60,65%. Esses valores, associados à perda da importância de pessoal ocupado, como demonstrado no gráfico 01, mostram um cenário coerente com o traçado por Manuel Correia de Andrade na obra *O Nordeste e a Questão Regional*. Houve um aumento da concentração nas regiões urbanas que resultariam em dois problemas sociais que deveriam ser controlados como medidas de desobstrução de barreiras ao desenvolvimento econômico da região esses problemas seriam:

1. O êxodo rural forçado pelo medo e vontade de preservação do poder dos proprietários de terras, nesse ponto Manuel Correia afirma que “Isto não ocorre no nordeste onde o campo está se despovoando em consequência da expulsão dos trabalhadores(...)”(ANDRADE.1993)
2. O processo de expansão desordenada das cidades que geraria aumento da violência, da taxa de desemprego e expansão dos empregos informais.

É possível afirmar que, dentro do período analisado que abrange um corte histórico das décadas de 1940 a 1990, recorte de tempo adotado por englobar parte do tempo referido na obra de Manuel Correia dando ênfase no processo de urbanização, pode-se notar uma sintonia com o que foi explicitado pelo autor como fuga de população aos centros urbanos, processo esse que explica a crescente participação do setor de serviços na economia nordestina.

Conclusão

O território e a urbanização são elementos-chaves para compreender um aspecto importante da totalidade da obra de Manuel Correia de Andrade, principalmente no que se refere “*A Terra e o Homem no Nordeste*”, pois o autor passou grande parte de sua vida acrescentando novas ocorrências e desenvolvimentos de conjuntura no corpo de seu objeto de análise. O nordeste nesses mais de quarenta anos desde a publicação da primeira edição da obra, foi objeto de diversas forças sociais que lhe causaram mudanças conjunturais, mas somente com a visão de quem observou o seu caráter histórico e estrutural, pode-se perceber que as mudanças embora significativas não alteraram de forma fundamental as relações produtivas e estruturas políticas do território nordestino.

Pode concluir que a urbanização nordestina ocorreu dentro dos moldes estabelecidos pelo território, ou seja, pelas zonas de influência dos agentes políticos econômicos, capaz de controlar as tendências de crescimento e distribuição da renda. Houve com isso, a criação de uma parcela da população que, buscando melhores condições de vida, se encontraram a margem de uma sociedade que não os introduzirá na sua estrutura produtiva. Fazendo com que essa nova população marginalizada buscasse alternativas menos nobres de sobrevivência, disseminando se assim as favelas e criando uma sociedade a margem do centro urbano nordestino.

Referência Bibliográfica

- ANDRADE, M. C. A.: *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2ª. Edição 2004(1995)
- ANDRADE, M. C. A.: *Geografia Econômica*. São Paulo: Atlas, 5ª. Edição, 1976(1973)
- ANDRADE, M. C. A.: *O Nordeste e a Questão Regional*. São Paulo: Ática, 1988
- ANDRADE, M. C. A.: *Os Rios-do-Açúcar do Nordeste Oriental, os Rios Coruripe, Jequiá e São Miguel*. Maceió: Edufal, 2ª Edição, 2010 (1959)
- ANDRADE, M. C. A.: *Usinas e Destilarias das Alagoas, uma Contribuição ao Estudo da Produção do Estado*. Maceió: Edufal, 2ª. Edição. 2010(1997), P. 69-80
- ANDRADE, M. C.: *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo: Cortez, 8ª Edição, 2011(1963)
- FURTADO, C.: *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo. Companhia das Ltras. 2007(1959).
- PRADO JUNIOR, C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 9ª. Edição, 1985 (1945).
- SANTOS, M.: *O Espaço Dividido*, São Paulo:USP, 2ª Edição, 2004(1979)
- SIMONSEN, R. *História Econômica do Brasil: 1500 – 1820*. Brasília: Senado Federal, 2005 (1941).